

Devoção a Sant'Ana e educação patrimonial: desafios da preservação cultural em Mariana, Minas Gerais

Devotion to Saint Anne and heritage education: challenges of cultural preservation in Mariana, Minas Gerais State, Brazil

Patrícia Ferreira dos Santos¹

Resumo: Na década de 1970, a antiga comunidade do Gogô, em Mariana, Minas Gerais, viu-se surpreendida com a retirada súbita da igreja barroca de Nossa Senhora de Sant'Ana, construída em 1712. Mobilizada, hoje a comunidade participa do processo de devolução do templo, iniciado com a recuperação das peças arquitetônicas extraviadas. Nesse artigo analisamos, a partir de relatos de moradores e matérias jornalísticas, a rica oportunidade que se apresenta à escola de se aproximar da memória da comunidade, promovendo iniciativas de revalorização do patrimônio cultural.

Palavras-chave: educação patrimonial, história oral, memória popular, Igreja de Sant'Anne, Mariana (Minas Gerais).

Abstract: During the 1970's, the Gogô community, in Mariana (Minas Gerais State, Brazil), was surprised by the dismantling of its eighteenth century church, devoted to Our Lady of Saint-Anne. Four decades later, still mobilized, the community plays a part in the restitution process, starting with the recovery of lost architectural pieces. This paper examines, through reports from residents and newspaper articles, a rich opportunity that presents itself to the school: getting closer to the community's memory, promoting the recognition and valorization of its cultural heritage.

Keywords: heritage education, Oral History, community memory, Saint Anne Church, Mariana (Minas Gerais State).

Introdução

Na histórica cidade mineira de Mariana, inusitada situação serviu de mote, a um só tempo, à pesquisa acadêmica e à educação patrimonial: a retomada, em inícios de 2008, pelo poder público municipal, de peças arquitetônicas de um antigo templo barroco dedicado à Senhora Sant'Ana,

¹ Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Núcleo de Estudos da Religião da Universidade Federal de Ouro Preto - NER/UFOP. E-mail para contato: psantos@usp.br

julgadas perdidas. Tais circunstâncias provocaram historiadores, professores e a comunidade do Morro de Sant'Ana – bairro de Mariana também conhecido como Gogô –, a aprofundar a compreensão acerca de seus próprios papéis na defesa dos bens culturais da cidade. Especialmente quando se percebe quão determinante foi, para a descoberta das peças sacras, o conhecimento dos antigos moradores do Gogô e seu desejo, pública e coletivamente manifestado, de vê-las de volta na comunidade.

Relatos destes antigos moradores do Morro de Sant'Ana dão conta de que a Igreja havia sido desmontada em 1968, de forma bastante rápida. Apontam ainda que as peças foram levadas em um caminhão. O contexto da época – vigor da ditadura militar – contribuiu para que pouco se buscase apurar do ocorrido. Entretanto, o mistério vem sendo insistentemente sondado, nos últimos anos, pela equipe de um octogenário veículo regional de informação: *O Espeto*, impulsionado pelo trabalho de um jovem diretor – Sr. Leandro Henrique dos Santos –, bastante preocupado com a preservação cultural regional. Somada à boa vontade da comunidade do Gogô, desde 26 de maio de 2001, o referido jornal lançou verdadeira corrida investigativa acerca do paradeiro das peças sacras da Igreja de Sant'Ana. Os moradores do Morro de Sant'Ana – assim chamado em razão de suas casas agruparem-se aos pés do vetusto templo –, pediam, através da associação do bairro, atenção das autoridades competentes, e subsidiavam com informações os trabalhos de investigação d'*O Espeto*.²

Este empenho do jornal, aliás, pouco adiantaria sem a participação dos antigos moradores da comunidade, detentores da memória da configuração original do antigo templo. Reunidos em comissão, foram vários senhores da comunidade fazer o reconhecimento das peças sacras encontradas em Belo Horizonte, no Centro Universitário Uni-BH, último paradeiro das peças. Eram talhas, cimalkas, sinos, bancos, blocos de pedra, colunas do frontispício, forros internos, cruz com galo, altar, porta da frente, colunas, escada interna, pedras de encaixe da porta da frente, piso de pedra cortada. O depoimento dos moradores foi confrontado às fotografias que possuía a arquiteta do Centro Universitário Uni-BH, Luciana Fernandes.

A Comissão percorreu, ainda, diversas outras igrejas, capelas e museus de Mariana para tentar localizar partes do antigo acervo da Igreja de Sant'Ana do Gogô. O assunto foi ganhando projeção. Uma matéria d'*O Estado de Minas* de maio de 2004 estampou o Sr. Élcio Martinho do Sacramento, morador do Gogô, pedreiro, com uma foto da antiga igreja nas

² Nossa Senhora de Sant'Ana: a Igreja que sumiu. *O Espeto*, Mariana, ano II, n. 14, 26 mai. 2001.

mãos, em frente ao prédio colonial da primeira Casa de Câmara e Cadeia de Minas Gerais.³

Mariana foi uma das poucas cidades do período colonial. No Brasil, esse título foi, ao longo do século XVIII, atribuído a localidades que iriam encabeçar uma diocese.⁴ A futura cidade episcopal mineira teve sua construção ordenada e projetada por determinação real em 1745. A região se encontrava em estado de eferescência desde as primeiras descobertas auríferas em fins do século XVII. Mariana foi palco de dezenas de construções religiosas, que acompanhavam os rituais de nascer e morrer, e o trabalho dos habitantes de suas vilas e povoados.⁵

O Morro de Sant'Ana, povoado nesse *boom* minerador, é um dos maiores e mais antigos campos de mineração dos quais se tem notícia. Seu território é tombado por lei municipal. Uma visita em seu sítio permite vislumbrar centenas dos chamados buracos de sarilhos, escavados geralmente a mais de 20m de profundidade, visando à oxigenação das extensas galerias auríferas subterrâneas e à retirada do excesso de cascalho. Hoje estima-se que existam no local mais de mil galerias subterrâneas, perfuradas por mais de cinco mil buracos de sarilhos. Situado neste campo de mineração, o templo de Sant'Ana destinava-se à população que ali se aglomerava, formada por grande maioria escrava, concentrada no trabalho nas galerias. Especula-se que a população ali reunida, devido à grande riqueza aurífera daquele solo, suplantava o contingente estabelecido na antiga região conhecida como Mata-Cavalos – local das primeiras construções do arraial de Vila do Carmo, às margens do Ribeirão de mesmo nome.⁶

³ Nossos causos: a incrível história da Igreja que sumiu do Gogô – Parte IV. **O Espeto**, Mariana, ano V, n. 42, 2ª quinzena de maio de 2004; Moradores do povoado do Gogô entregam hoje pedido de perícia nos objetos sacros guardados no Campus da UFMG; Morador do povoado do Gogô, em Mariana, reconhece imagem da padroeira, Sant'Ana Mestra, no Museu Arquidiocesano. Peça pertencia ao templo desmanchado em 68. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 14 mai. 2004, p. 20-23.

⁴ A cidade da Bahia sediou o primeiro bispado criado no Brasil, em 1551, e durante mais de cem anos foi a única. Um século depois, foram criadas outras três dioceses: Olinda (1676); Rio de Janeiro (1676); e Maranhão (1677). HOORNAERT, E. **História da Igreja no Brasil**, v. 2. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 173. Ver também: FONSECA, C. D. **Des terres aux villes de l'or: pouvoir et territoires urbains dans Minas Gerais aux XVIIIe siècle**. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. p. 24-25, 81.

⁵ FONSECA, C. D. **Des terres aux villes de l'or**, op. cit.

⁶ Nossos causos: o incrível caso da Capela do Morro Sant'Ana que sumiu. **O Espeto**, Mariana, fev. 2004, p.2; Patrimônio: ICMS Cultural abre “Guerras de Tombamentos”. **Hoje em dia**, Belo Horizonte, 12 abr. 2008.

Cartas pastorais do primeiro bispo de Mariana, Dom Frei Manoel da Cruz, testemunham a mensagem episcopal enviada à população do bispado, que incluía a extensa comunidade moradora no Morro de Sant’Ana. O primeiro bispo prescrevia-lhes práticas pias, e distribuía indulgências para o afervoramento da fé católica. Através de sua palavra, o bispo procurava regular os costumes nem sempre bem morigerados das gentes envolvidas na faina mineradora.⁷

A edificação da Igreja de Sant’Ana no contexto da fundação da diocese de Mariana

A extensa vaga de fundações de capelas e freguesias no século XVIII dava-se no contexto da descoberta aurífera, levada a cabo após sucessivas expedições exploratórias ao interior da colônia. Anunciada à Coroa Portuguesa, a descoberta do ouro demandou à Metrópole o estabelecimento de políticas de controle social, fiscal e de defesa naquele território. Este evento, desencadeando tais consequências econômicas, sociais e políticas, é considerado anúncio de novos tempos para o Reino de Portugal, garantindo uma “renovação do interesse da Coroa pela Colônia”.⁸

Era comum que, em um momento de união de forças entre a Igreja e a Coroa Portuguesa – através do padroado régio ultramarino –, se batizasse o nome dos primeiros povoados com nomes de santos. Compunham-se nomes de santos acompanhados de elementos que referiam também à atividade econômica da freguesia. Para ficarmos em alguns exemplos, foi esse o caso da freguesia criada em 1702, na atual cidade de Catas Altas. O extenso nome – Nossa Senhora da Conceição das Catas Altas – homenageava, a um só tempo, a imaculada concepção de Maria e a importância crescente do lugar como centro de exploração mineral. O Códice Costa Matoso, antiga coletânea de documentos setecentistas, acusa as descobertas acerca deste sítio, o qual, a partir de 1702, apontava haver

⁷ Carta Pastoral pela qual se patenteiam as graças e inteligências que Sua Santidade foi servida conceder a quem visitar quatro igrejas em quinze dias por tempo de seis meses. Ca.1750. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, doravante AEAM. Prateleira W, códice 41, f. 7, v-9.

⁸ RUSSELL-WOOD, A. J. R. Precondições e precipitantes do Movimento de Independência na América Portuguesa. In: FURTADO, J. F. (org.) **Diálogos oceânicos**: Minas Gerais e as novas abordagens para uma História do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001. (Humanitas, 67) p. 426-433.

sido dotado de “ouro com muita conta”. O nome Catas Altas lhe seria atribuído

[...] por haverem os mineiros seguido as lavras dos córregos, buscando suas cabeceiras, seguindo as pintas que iam lavrando, e quanto mais chegavam à serra mais crescia a altura da terra que cavavam, ficando as paredes das catas com altura impraticável.

Da mesma forma, o antigo nome da atual capital mineira, Belo Horizonte – Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rei –, invocava a padroeira dos viajantes, navegantes e bandeirantes que percorriam a região, e também especificava a principal atividade econômica desenvolvida em seu sítio: o controle e a cobrança de taxas de entradas sobre todas as mercadorias destinadas à região mineradora. Curral Del Rei, além de centro de controle fiscal, era também onde se acurrallava o gado que ia ser contado na Contagem das Abóboras, ocupando, até meados do século XVIII, lugar de importância comprovada. Na Contagem não se registravam apenas gado e cavalos, mas outros diversos tipos de carregamentos e ouro em pó, para ser trocado em dinheiro, num período em que já era grande a preocupação com o contrabando de ouro e mercadorias.⁹

Outrossim, a ereção da primeira vila de Minas Gerais, em 1711 – Vila Real de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo –, emprestava do devocionário lusitano outro poderoso ícone: a Senhora do Carmo, padroeira de importantes ordens religiosas, tanto no Reino, como posteriormente, em Mariana e Vila Rica. Os lusitanos costumavam batizar ou rebatizar lugares com os nomes de santos de sua devoção, buscando, com a invocação dos habitantes da corte celeste, chancelar a nova ordem social que impunham.¹⁰

Não é de se estranhar, nesse contexto, o topônimo Morro de Sant'Ana. A devoção à avó de Jesus era disseminada pelos padres jesuítas nos lugares de suas missões.¹¹ Reforçando a ênfase da Igreja no matrimônio, na sacralidade da família, apresentava-se o emblema da mãe como mestra.

⁹ SANTOS, Patrícia Ferreira. Os casos das freguesias de Nossa Senhora da Conceição das Catas Altas e de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rei. In: **Poder e palavra: discursos, contendas e direito de Padroado em Mariana (1748-1764)**. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado em História Social). FFLCH-USP, p. 97.

¹⁰ SANTOS, Patrícia Ferreira. Igreja, Estado e o Direito de Padroado nas Minas setecentistas através das cartas pastorais. **Cadernos de História**, ano I, n. 2, set. 2006. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria/anteriores.php>>.

¹¹ MOTT, L. **Rosa Egípcia**: uma santa africana no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993. p. 68-69.

Sant'Ana foi bastante retratada em posição de quem ensina, tendo aos seus pés a Virgem Maria. Há, inclusive, bons inventários publicados, cujos autores rastream e elencaram dezenas de imagens de Sant'Ana Mestra somente em Minas Gerais no século XVIII.¹²

Destaque-se, outrossim, a recorrência da estreita relação entre a religiosidade e o universo do trabalho. Não foi diferente na região mineradora do Gogô, que sediou algumas das primeiras iniciativas exploratórias. A fundação de um templo religioso com este orago, aos inícios do século XVIII, determinou o topônimo da região – conhecida como Morro de Sant'Ana. Aponta o historiador Rafael Arcaño dos Santos que a antiga igreja de Sant'Ana seria contemporânea da antiga capela bandeirante de Nossa Senhora do Carmo. De construção datada de 1712, a igreja barroca de Sant'Ana Mestra destinava-se à evangelização do enorme contingente populacional cativo que habitava o morro.¹³

A essa altura, a Igreja, representada por padres curas, capelães e religiosos de ordens – estes, inclusive, sofreram restrições de entrada após 1709¹⁴ – , procuraria levar a cabo a dura incumbência de fazer com que o mundo celestial católico ficasse conhecido e aceito pelos povos africanos.¹⁵ Todavia, as religiões dos africanos envolviam crenças e costumes bem diversos dos ortodoxos. Essa população de cativos seria fartamente acusada de praticar atos condenados pela doutrina católica: amancebamento, batuques, culto ancestral, feitiçaria e sodomia eram algumas das culpas apuradas.¹⁶ Os costumes heterodoxos das gentes escandalizaram as autoridades eclesiásticas, quando inspecionavam a região:

¹² ALVES, Célio Macedo. “Santana Mestra e Devoções Associadas”. In: COELHO, Beatriz (org.). **Devoção e arte: imaginária religiosa em Minas Gerais**. São Paulo: Edusp, Vitae, 2005. p. 74 e ss.

¹³ Nossos causos: Igreja de Mariana é encontrada em Belo Horizonte. **O Espeto**, Mariana, ano V, n. 40, 2ª. quinzena de abril de 2004. p. 2.

¹⁴ BOSCHI, C. C. Como os filhos de Israel no deserto? (Ou: a expulsão de eclesiásticos nas Minas Gerais na Primeira metade do século XVIII). **Varia História**, Belo Horizonte, n. 21, 1999. [Número Especial Códice Costa Matoso]

¹⁵ SANTOS, P. F. O mundo celestial no cativo: mensagens pastorais à população escrava e aos senhores das minas à época de Dom Frei Manoel da Cruz (1748-1764). **Revista Eletrônica Territórios e Fronteiras**, v. 2, p. 26-44, 2009. Disponível em: <<http://cpd1.ufmt.br/ichs/territorios&fronteiras/artigos/2009-1-2.pdf>>.

¹⁶ MOTT, Luiz R. B. Escravidão e homossexualidade. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. (Biblioteca de História, 17); RAMOS, Donald. A “voz popular” e a cultura popular no Brasil do século XVIII. In: SILVA, Maria Beatriz N. **Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz**. Lisboa: Estampa, 1995.

Somos informados que alguns escravos principalmente da Costa da Mina retêm em si ainda relíquias de sua gentilidade, ajuntando-se de noite em vozes com instrumentos em sufrágios de seus falecidos [...], em algumas tabernas se sentam comprando várias comidas e bebidas que depois de comerem lançam por terra talvez em cima das sepulturas dos defuntos. Portanto recomendamos aos Reverendos Párocos e Capelães [...] façam desterrar estes abusos, condenando a três oitavas para a Sé ou Meirinho qualquer pessoa que em sua casa recolha, ajude ou favoreça nestas superstições aos ditos escravos, avisando também a seus senhores que os emendem, aliás, se procederá contra eles como for justiça, como consentimos.¹⁷

Os batuques dos escravos, porém, chocavam e fascinavam. Há notícias de membros de uma camada social branca e privilegiada que os frequentava e até os permitia em suas casas.¹⁸ O ponto alto dos batuques, aponta-se, eram as umbigadas, as quais eram dadas quando, em meio à dança,

[...] um dançarino se cansava, procurava alguém, na roda, geralmente elemento do outro sexo, a quem dava a umbigada; a pessoa recebia a umbigada e ia para o meio da roda, substituía o dançarino e continuava a gingar as ancas, os meneios, o sapateado”.¹⁹

Sobre os batuques, o viajante Freyreiss nos conta que “ao compasso de uma guitarra (viola), move-se o dançador do centro, avança e bate com a barriga na barriga de outro, na roda”; a dança variava de ritmo: “no começo o compasso da música é lento, porém pouco a pouco, aumenta”. Ressalta o espantado estrangeiro que “não se pode imaginar dança mais lasciva do que esta razão porque tem muitos inimigos, especialmente entre os padres”.²⁰

¹⁷ RODRIGUES, Mons. Flávio Carneiro (org.). **Cadernos Históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana**: as Visitas Pastorais do Século XVIII no Bispado de Mariana. Mariana: Ed. Dom Viçoso, 2004-2005. v. 2, p. 28 e ss.

¹⁸ RAMOS, D. A “voz popular” e a cultura popular no Brasil, op.cit.

¹⁹ BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário da terra e da gente de Minas**. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, SEC-MG, 1985. (Publicações do Arquivo Público Mineiro, 5) (Verbetes “Batuque”).

²⁰ FREYREISS, Georg Wilhelm. **Viagem ao interior do Brasil**. Trad. A. Löfgren; rev. e notas de M. G. Ferreira. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982. (Reconquista do Brasil: Nova Série, 57). p. 17 e ss.

Como se constata, naqueles tempos embatiam-se concepções, vivências espirituais e relações de forças distintas: de um lado, Igreja e Estado exerciam coerção sobre os costumes africanos; de outro, os cativos mostravam apego às suas tradições. No cenário que se esboça, percebem-se muitos conflitos socioculturais, e estratégias de amedrontamentos e sugestão do fiel implementadas pela hierarquia eclesiástica.²¹

Assim, talvez para fazer a Igreja mais presente, uma autorização do Bispo do Rio de Janeiro, Dom Frei José de São Jerônimo, concedia e sancionava, ao alvorecer do século XVIII, a construção do templo em homenagem a Sant'Ana, destinado a localizar-se em um pátio bem no centro de um dos primeiros campos de mineração daquela época.²²

O desmanche

Em 1968, a Igreja de Sant'Ana foi subitamente desmontada. À época, uma justificativa se espalhou, chegando à notícia dos moradores: uma infiltração de água condenava o templo e ameaçava consumir a sua estrutura. Ao mesmo tempo, um termo de doação da Arquidiocese de Mariana autorizava a Empresa de Construção Civil Mendes Júnior a levar as peças e montá-las em sua antiga sede, localizada no Bairro Estoril, na capital mineira de Belo Horizonte.²³

Conta-se que o proprietário da construtora era devoto, e abria a Igreja à visitação pública.²⁴ A situação, todavia, pareceu mudar diante de seu falecimento. No ano 2000, a viúva do proprietário vendeu a área da antiga construtora ao Centro Universitário Uni-BH e ofereceu as peças da Igreja à Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Esta instituição ficara com as peças, mas as oferecera à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG. Todavia, não chegando esta última a montar o templo, uma equipe da UFMG acondicionou as peças em um galpão no *campus* universitário da Pampulha, onde chegaram a ser descupinizadas. Paralelamente, o Centro Universitário Uni-BH, pautado em fotografias da

²¹ SANTOS, P. F. O maravilhoso e o terrível nas visitas pastorais a Catas Altas e Curral del Rei: poder episcopal e direito de padroado (1748-1764). **LPH - Revista de História**, Ouro Preto (MG), v.16, p. 160-174, 2006.

²² VASCONCELLOS, Salomão de. Era Colonial – 1703-1797. In: **Marianna e seus templos**. Belo Horizonte: Gráfica Queiroz Breyner, 1938.

²³ Entrevista com o Sr. Otávio Moreira e o Sr. José Cesário, concedida a Patrícia Ferreira Santos e Jonathan Felipe de Oliveira (aluno do Centro de Educação Municipal Padre Avelar), na Rua do Gogô, 81, Morro de Sant'Ana, Mariana, MG, em 10 de maio de 2008.

²⁴ *Ibidem*.

antiga igreja, construiu uma réplica, com a invocação de Igreja de São Judas Tadeu.²⁵

Aponta-se, contudo, que uma cláusula constava no antigo termo de doação expedido pela Arquidiocese: a comunidade teria o direito de reaver as peças, caso as reclamasse. Esse clamor popular encontrou, portanto, eco nas matérias do tradicional jornal da Comunidade de Passagem de Mariana: *O Espeto*, fundado em 1928. Em matéria de 2004, repórteres deste periódico relatavam seus progressos na descoberta da Igreja, em Belo Horizonte. Ainda, em 28 de março de 2004, representantes do *Espeto*, acompanhados de um vereador de Mariana, Geraldo Sales de Souza, e de uma comissão formada por antigos moradores do Gogô, se deslocaram até Belo Horizonte, onde foram recebidos pela arquiteta do Centro Universitário Uni-BH, Luciana Fernandes. A Comissão reconheceu a Igreja de Sant'Ana nas dezenas de fotografias que haviam sido feitas pelos compradores do antigo terreno da Mendes Júnior. O desejo popular quanto ao retorno do templo à comunidade foi então instado pelo jornal *O Espeto*. A justificativa dos moradores do Gogô fundava-se na existência de um antigo cemitério no local, onde estão seus antepassados, e no fato de muitos deles haverem sido batizados naquele antigo templo.²⁶

A discussão se acendia nos meios político, judicial e eclesiástico da cidade. A articulada parceria empreendida pelo esforço comunitário e o empenho da imprensa logrou seus primeiros êxitos: as peças sacras começaram a ser reunidas, transportadas e devidamente acondicionadas em três locais da cidade de Mariana: o Palácio Episcopal; o pátio da Escola Municipal do Morro de Sant'Ana e o Museu de Arte Sacra, que guarda exemplares barrocos como a imagem de Sant'Ana Mestra, reconhecida pelo Sr. Salvador Alves de Freitas, líder comunitário.

A comunidade e a imprensa, contudo, ainda aguardam a aprovação, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de um projeto de reconstrução do templo, que deverá ser apresentado pelo município.

Percebe-se que são muitas e diversas as esferas das instituições que se viram no centro do debate. Um acordo assinado pela Prefeitura, em 30 de janeiro de 2008, na sede da Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, rezava o compromisso do município em devolver o templo à comunidade.²⁷ Em início de 2008, um termo de devolução foi firmado entre

²⁵ Nossos causos: Igreja de Mariana é encontrada em Belo Horizonte. **O Espeto**, Mariana, Ano V, n. 40, 2ª quinzena de abril de 2004, p. 2.

²⁶ Loc. cit.

²⁷ Capela de Sant'Ana vai ser devolvida para a comunidade marianense, op.cit.; A trajetória da Capela de Sant'Ana, op.cit.

o coordenador das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais, Dr. Marco Paulo de Souza Miranda, o então Vice-Prefeito de Mariana, Roque Camello, e as instituições envolvidas.²⁸ A Prefeitura Municipal de Mariana assumiu publicamente o compromisso de fornecer todo o apoio técnico e logístico para garantir o retorno das peças.²⁹ A Arquidiocese de Mariana nomeou, como seu representante, o Cônego João Francisco Ribeiro, que deveria acompanhar todos os contatos realizados e colaborar no necessário para a transferência das peças para Mariana.³⁰

O Ministério Público de Mariana ganhou recentes atribuições concernentes à defesa dos bens patrimoniais. O Promotor Público da cidade já estava acompanhando o caso desde 2004, quando os moradores do Gogô lhe dirigiram um abaixo-assinado, relatando-lhe a situação e solicitando providências para que pudessem vistoriar as peças das quais já se sabia o paradeiro: o galpão do *campus* da Pampulha da UFMG.³¹ Em 26 de maio de 2004, a segurança dos bens patrimoniais em Mariana foi tema de audiência pública na Assembleia Legislativa de Belo Horizonte.³²

Em maio de 2004 também a Câmara Municipal de Mariana procurava inteirar-se dos fatos. Através do vereador Geraldo Sales de Souza, que acompanhara a comissão de moradores e jornalistas ao antigo local da sede da Construtora Mendes Júnior, no plenário se votou a abertura de uma investigação sobre a retirada da Igreja de Sant'Ana. Os edis solicitaram, então, junto à reitoria do Centro Universitário Uni-BH, as cópias das dezenas de fotos da antiga igreja. O testemunho do Sr. Élcio Martins contribuiu para o esclarecimento dos vereadores: ele havia trabalhado na demolição e transporte do templo de Mariana para Belo Horizonte e também na segunda desmontagem do templo da antiga sede da Mendes Júnior com destino ao galpão da UFMG.³³ Uma comissão composta

²⁸ Capela de Sant'Ana vai ser devolvida para a comunidade marianense. **Diário de Ouro Preto**, Ouro Preto, MG, 11 fev. 2008, p.3; A trajetória da Capela de Sant'Ana. **Diário de Ouro Preto**, Ouro Preto, MG, 11 fev.2008, p. 4.

²⁹ Prefeitura traz de volta à cidade parte de seu patrimônio. **Gazeta Marianense**, Mariana, MG, 22 mar.2008, p. 4-5.

³⁰ Igreja Sant'Ana no caminho de volta: depois de 37 anos, peças do templo barroco de 1712 voltam para o Gogô. **O Espeto**, Mariana, ano VIII, n. 87, 1ª quinzena de novembro de 2007.

³¹ *Ibidem*.

³² Capela desaparecida. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 27 maio 2004, p. 23 (Caderno Gerais).

³³ Nossos causos: Igreja de Mariana é encontrada em Belo Horizonte, *op.cit*.

por três vereadores apurou os fatos. O Sr. Élcio Martins auxiliou a Comissão no reconhecimento das peças em Belo Horizonte.³⁴

A UFMG havia, por seu turno, elaborado um inventário das peças que custodiara: retábulo da capela-mor, mesa de altar, arco-cruzeiro, forro da capela-mor e nave, cartela em pedra-sabão com informações sobre a construção da capela, pinturas sobre madeira, esculturas em cerâmica e madeira policromada, lustres de madeira e metal, obra sobre papel com a oração de São Francisco de Assis, bancos de madeira e outros bens.³⁵

Educação patrimonial no Centro de Educação Municipal Padre Avelar

Diante da riqueza e complexidade do panorama apresentado, o Centro de Educação Municipal Padre Avelar não deixou de se interessar pela intrincada história, que contava ainda com memória recente e próxima dos seus alunos, acessível nos relatos de vizinhos. Situado à Rodovia do Contorno, circunvizinhanças do Gogô, o centro de ensino possuía alunos moradores naquela comunidade: eram pais, parentes, vizinhos e conhecidos que atuaram como sacristãos, trabalhadores, auxiliares, devotos, festeiros e fiéis na antiga igreja. Em seu entorno, batizaram e casaram filhos, enterraram mortos e presenciaram com pasmo o sumiço do templo, em 1968. Eram pessoas próximas dos alunos que testemunhavam que o local era animado por manifestações de devoção, bandas de música, irmandades e folguedos. Passados quarenta anos e mantendo-se viva aquela memória, os moradores ansiavam pelo retorno das peças.³⁶ Além destes fatos serem amplamente comentados pela imprensa local e regional, a escola se defrontava com a oportunidade de aproximar os alunos de seu passado e contribuir para que se tornassem agentes do processo de preservação dos bens culturais, assim como de sua própria identidade.

Em inícios de 2008, um projeto pedagógico que visava desenvolver este trabalho junto aos alunos foi elaborado em parceria nossa com um grupo de professoras do Ensino Fundamental do Centro de Educação Municipal Padre Avelar. O trabalho visou a, de um modo geral, resgatar a memória religiosa popular dos moradores do Gogô. Tocava, nessa linha, no estudo paralelo dos trabalhos desenvolvidos em torno da antiga igreja de

³⁴ Igreja Sant'Ana no caminho de volta, op.cit.

³⁵ Prefeitura traz de volta à cidade parte de seu patrimônio, op.cit.

³⁶ Nossos causos: o incrível caso da Capela do Morro Sant'Ana que sumiu, op.cit.; Patrimônio: ICMS Cultural abre "Guerras de Tombamentos", op.cit.

Sant'Ana, com ênfase na evangelização e na mineração. Privilegiando a tradição oral da comunidade de Nossa Senhora de Sant'Ana, buscava-se a aproximação dos alunos de seu passado, enfatizando, ao mesmo tempo, as manobras do presente.³⁷

Tais circunstâncias descortinaram ricas possibilidades para o ensino de História. Contando com uma equipe coesa de professores, a oportunidade propiciava um trabalho interdisciplinar. Os professores buscaram, junto de pais e alunos moradores do Gogô, conhecer o imaginário devocional e religioso daquela comunidade que se congregou em volta da vetusta Igreja barroca, num momento de intenso debate entre diversas instituições acerca do retorno do templo.

Atentas para a riqueza do momento, as professoras de Português Vera Lúcia Silva Coutinho e Luiza Ramos da Silva incentivaram seus alunos de 6^a e 7^a séries a historiar, através de textos e cartas, a retirada da igreja; a ponderar a trajetória das peças – bens culturais de interesse coletivo, embora de propriedade privada. Devidamente orientados, os alunos faziam leituras do farto material jornalístico produzido acerca do assunto. Preparavam também o roteiro de entrevista, visando a conhecer as justificativas dos atores envolvidos no processo de desmonte e transferência das peças. Os exercícios estimulavam a capacidade argumentativa e chamavam atenção para a tensão entre os interesses emitidos oficial e extraoficialmente no trato da questão.

A professora Cristina Delgado, de História, que então discutia o Renascimento Cultural com suas 7^{as} séries, realizou um contraponto entre as manifestações artísticas europeias e as manifestações do Barroco Mineiro. Este estilo pautou, nos Setecentos, a conformação da sociedade mineradora, com seus pomposos cortejos, intensa exterioridade de manifestações culturais e dramaticidade nos costumes religiosos.³⁸ A pirotecnia e o espetáculo observados à recepção, em maio de 2008, das peças sacras do antigo templo de Sant'Ana, exibiram laivos dos festivos cortejos barrocos. De igual forma, o retorno das peças foi mencionado em um dos sermões

³⁷ Fizeram parte das discussões: o valor atribuído a determinado bem a partir da patrimonialização; os riscos e as implicações deste reconhecimento de seu valor: a aquisição de valor de mercado e a necessidade de estabelecimento de legislação e responsabilidades bem delimitadas para a proteção e garantia de segurança aos bens patrimoniais. GIL, Gilberto. Museus sempre vivos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2004. GIRAUDY, Daniele; BOUILHET, Henri. **O museu e a vida**. Trad. Jeanne France F. F. da Silva. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1990.

³⁸ ÁVILA, Affonso. **O teatro em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX**. Ouro Preto, MG: Secretaria Municipal de Turismo e Cultura da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, Museu da Prata da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar, 1978, p. 4 e ss.

mais prestigiados da barroca Semana Santa na cidade. A notícia foi largamente ventilada na mídia regional e nos discursos políticos locais.³⁹

Aproveitando o momento de discussão, na escola, em linhas gerais buscava-se criar ocasião para que os próprios alunos se reconhecessem como agentes do processo histórico, ressignificando suas tradições e traços de identidade. Por outro lado, promovia-se a curiosidade científica em um terreno favorável a seu fomento: a escola. A sua aproximação com a comunidade circundante estimulava a investigação histórica acerca das raízes culturais da cidade que, assentada em sólida tradição, é centro irradiador do devocionário cristão-católico luso-brasileiro desde a sua fundação como diocese, nos Setecentos.

A permanência da devoção à Senhora de Sant'Ana verificada no Gogô era, ainda, mote à compreensão do *status* que a sociedade barroca conferia às localidades escolhidas para sediar diocese. Como as circunscrições eclesásticas possuíam dimensão estratégica dentro do projeto de dominação portuguesa, era momento de chamar a atenção para o estatuto das dioceses como importantes elementos significantes para o processo de povoamento da região mineradora e o estabelecimento de uma hierarquia entre as localidades. A fundação da diocese influiu na conformação dos costumes da região. De forma paralela, não diferindo dos outros pontos do Brasil onde foram fundadas dioceses, o bispado de Mariana fortalecia, portanto, políticas lusitanas de defesa de suas conquistas americanas.⁴⁰

A permanência na memória coletiva: Salvador Alves de Freitas, José Cesário, Otávio Moreira e José Paulino

O Morro de Sant'Ana é atualmente habitado por cerca de 120 famílias. Estas informações são do Sr. Salvador Alves de Freitas, servidor público municipal, bombeiro do Serviço de Água e Esgotos e ex-presidente da Associação dos Moradores do Gogô. O Sr. Salvador teve destacado papel na recuperação das peças sacras pertencentes à Igreja de Sant'Ana. Assim como quando tocava os sinos da Igreja, conclamando as pessoas para o culto, o Sr. Salvador convida a comunidade para a luta em prol de um bem cultural cuja ausência alterou a vida social do Gogô. É sintomático que o

³⁹ Prefeitura traz de volta à cidade parte de seu Patrimônio. **Gazeta Marianense**, Mariana, MG, 22 mar. 2008, p. 4-5.

⁴⁰ BOSCHI, Caio C. **Os leigos e o poder**. São Paulo: Ática, 1984.

alto do Morro, onde estão as ruínas da Igreja de Sant'Ana, até hoje seja palco de celebrações religiosas campais, nos antigos alicerces e cruzeiros do seu antigo cemitério.

Indagado sobre o fato, em maio de 2004, o então padre cura José Julião, da Paróquia Sagrado Coração de Jesus, responsável pela direção espiritual dos fiéis da região, falou à equipe do jornal *Estado de Minas*. Segundo ele, a população possuía o costume de, aos domingos, subir aquelas íngremes trilhas do morro. Em algumas dessas ocasiões, limpavam o terreno e, encontrando objetos e fragmentos do antigo ofício minerador, os recolhiam e guardavam.⁴¹

Nos esforços dos moradores, uma ideia subjaz: a crença na perenidade do caráter sagrado de um terreno. Com as bênçãos da Senhora de Sant'Ana Mestra, célebre educadora de Maria, da qual são todos devotos, os moradores hoje nos contam suas memórias da vida religiosa na década de 1960, e são unânimes em declarar sua devoção.

O Sr. José Cesário, 61 anos, é pedreiro; o Sr. Otávio Moreira, 78 anos, garimpeiro. Indagando desses moradores acerca da lembrança que guardam da vida religiosa quando da existência da antiga Igreja, concordam que o seu teto era pintado de azul, com estrelas amarelas; esclarecem que à Igreja acorria grande concurso de pessoas às festas e dias de preceito, que possuíam o condão de reunir toda a comunidade; relatam haver aprendido a devoção com seus pais e terem lamentado a retirada da igreja da comunidade; testemunham que a vida religiosa no seu entorno incluía coroações e festas votivas, missas e novenas, além de procissões, que ocorrem até hoje.

O Sr. José Paulino teve importante participação no processo de reconhecimento das peças em Belo Horizonte. Enfático em ressaltar sua devoção à Sant'Ana, o morador descreve o vazio que tomou a comunidade quando se viu sem o templo religioso, no qual já se haviam habituado a congregar-se. Para este morador, a Virgem poderia realizar um milagre, para que as pessoas acreditassem e tivessem mais fé em Deus.⁴²

O Sr. Salvador Alves de Freitas ressalta que as famílias do Gogô vivem bastante unidas por laços de parentesco e solidariedade. Cerca de

⁴¹ Capela desaparecida. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 27 mai.2004, p. 21. (Caderno Geral)

⁴² Conversa de Patrícia Ferreira dos Santos e Vera Lúcia Silva Coutinho com Salvador Alves de Freitas, sobre o retorno da Igreja de Sant'Ana, na Rua do Gogô, 81, Mariana, MG, em 18 de maio de 2008; Entrevista com o Sr. José Paulino A. Gregório, concedida a Patrícia Ferreira dos Santos, na Rua do Gogô, 107, Morro de Sant'Ana, Mariana, MG, 10 de maio de 2008; Entrevista com o Sr. Otávio Moreira e o Sr. José Cesário, op.cit.

95% dessas pessoas teria nascido e permanecido no local. Ainda é possível apontar descendentes de antigos mineradores que insistiam em sua busca de ouro no local – crença que ainda reafirmam – até a sua compra, pela Companhia Inglesa Mina da Passagem.⁴³

A solenidade da bênção das peças sacras que retornavam afigurou-se emblemática: o líder comunitário Salvador Alves de Freitas segurava a enorme chave original da porta da frente da Igreja, declarando-se, quando perguntado, orgulhoso e contente.⁴⁴ A presença deste ator social e a sua genuína satisfação ante o retorno das peças sagradas – feito que muitos duvidaram ver concretizado – denotam o caráter fundamental da conscientização da comunidade e o seu papel preponderante no processo de preservação de um bem cultural.

O interesse dos moradores da comunidade do Gogô funcionou como um catalisador no processo de localização e recuperação das peças arquitetônicas da Igreja de Sant'ana. A luta dos moradores pela preservação do antigo sítio ainda não acabou. Mais de 700 assinaturas contendo um apelo nesse sentido foram entregues ao Ministério Público local. A discussão acerca do retorno do templo demarcou, por outro lado, uma preocupação popular, junto às autoridades. As várias conquistas advindas com a recuperação da Igreja – o retorno das peças e a expectativa da concepção de um projeto de reconstrução, bem como as pesquisas, a catalogação das peças arqueológicas e o próprio tombamento do sítio – trouxeram um rico mote de reflexão acerca da revalorização dos bens culturais da comunidade.

Considerações finais

Nenhum dos depoimentos coligidos acima, como parte das atividades do projeto pedagógico *O retorno da Igreja de Nossa Senhora de Sant'Ana: imaginário barroco e piedade popular no Bispado de Mariana*, foi ouvido sem a participação ou a indicação dos alunos do Centro de Educação Municipal Padre Avelar - CEMPA, em Mariana. A participação dos alunos revelou-se fundamental na indicação dos moradores do bairro a serem procurados, e ainda quanto aos primeiros contatos, para que pudéssemos agendar as entrevistas. Estas entrevistas se desenrolaram em

⁴³ Conversa de Patrícia Ferreira dos Santos e Vera Lúcia Silva Coutinho com Salvador Alves de Freitas, op.cit.; Entrevista com o Sr. José Paulino A. Gregório, op.cit.; Entrevista com o Sr. Otávio Moreira e o Sr. José Cesário, op.cit.

⁴⁴ Prefeitura traz de volta à cidade parte de seu patrimônio, op.cit.

tom informal, sem aparelhagens de gravação e nada que pudesse trazer inibição aos senhores moradores do Gogô. As presenças e indagações dos alunos pautaram a constituição dos roteiros de questões.

A escola transforma, desta sorte, a realidade circundante em um mote saudável de conexão do presente com o passado, através de uma reflexão crítica sobre a realidade. De um lado, a história local apresenta circunstâncias importantes para a compreensão do processo de ocupação e povoamento da região mineradora – atualmente ocupada pela comunidade. Da mesma forma, o panorama histórico da fundação do povoado fornece chave de compreensão para muitos dos costumes arraigados. Atribui-se, desta forma, maior sentido ao que é ensinado na escola, estimulando-se o desenvolvimento destes alunos como cidadãos participativos junto aos rumos e decisões tomadas em sua própria comunidade.

Acrescente-se, por fim, que, diante da intrincada teia de instituições – IPHAN, universidades, Arquidiocese, empresas privadas, Ministério Público, vereadores –, foi positivo que a escola se sentisse conclamada a assumir o seu papel como formadora de cidadãos. Convém, ainda que os alunos da comunidade usufruam o direito de compreender os acontecimentos, interesses e responsabilidades em questão, voltando ao seu passado olhos críticos e indagadores. Junto com as peças sacras reclamadas, devolvidas e em processo de reconstrução, surgem lembranças e histórias que compõem a memória da comunidade do Gogô, que teve a vida cultural e devocional alterada com o desmonte do templo que frequentavam.

O Morro de Sant’Ana, como ficou batizado após a construção do templo, ainda encanta pela imponente paisagem natural e pelas marcas bem visíveis que traz do seu passado e da exploração mineral. Não à toa, seu sítio foi, recentemente, tombado pelo município. Encanta de um modo peculiar, todavia, a aura de fé genuína das reminiscências dos moradores do Gogô acerca da vida religiosa daquela época.